

TERRITÓRIO EM CONCÓRDIA – SC: UMA INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS ORIGENS DO “PODER” DA SADIA

Bruno de Campos – Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSC /
bdcbrasil@hotmail.com

Fábio Farias de Moraes – Programa de Pós-graduação em Geografia UFSC /
fabio_famo@hotmail.com

João Victor More Ramos – Programa de Pós-graduação em Geografia da UFSC /
j.mc@ibest.com.br

Resumo

A formação social da região de Concórdia é mais bem entendida a partir das mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas em meados do século XX. A partir daí, elementos sociais e objetos técnicos, como a Ferrovia do Contestado; a colonização do meio oeste e oeste catarinenses, envolvendo, por sua vez, fatores sociais como a tradição da criação de animais, principalmente no que diz respeito aos suínos, e; a inserção dessa região numa divisão territorial do trabalho a escala nacional, determinaram uma configuração do espaço onde é evidente o poder das agroindústrias. Essas modificações ocorrem em meio a formação do mercado interno brasileiro, inclusive a presença do poder público, favorecendo, desde o início, a acumulação de capital do setor primário na região, fica evidente se se trabalha as relações de poder no ceio do Estado nas esferas políticas regionais e até no governo federal. Por isso, em seguida abordamos rapidamente algumas ligações diretas e indiretas do Grupo Sadia na política regional e nacional, sobretudo na figura de seu fundador, Atilio Fontana, e das consequentes vantagens advindas dessa relação política e empresarial. Por fim apresentamos sucintamente o Grupo Sadia e seus parceiros empresariais (integrados), sob a lógica de que o território da agroindústria inclui seus produtores integrados. Por último, faremos uma concisa consideração a respeito do poder (político) do Grupo Sadia, procurando então demonstrar a pertinência de algumas das observações constantes no restante do corpo deste trabalho, com idéias já discutidas anteriormente na ciência geográfica. Parece-nos claro, o quanto algumas dessas elaborações teóricas ainda são atuais, pelo menos em parte. Entretanto, notamos um certo ostracismo por parte de estudiosos que procuram deixá-las tão somente no passado.

Palavras-chave: Sadia; agroindústria catarinense; território da agroindústria

A formação social da região de Concórdia

Partimos de uma idéia inicial, qual seja, de que um estudo geográfico deve levar em consideração um levantamento histórico de seu objeto. Pois como bem nos disse Milton Santos: “se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como

fundamento à compreensão da realidade espacial (...). Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1979. p.9). Isto posto, decidimos tratar inicialmente da formação social do Oeste catarinense, apresentando brevemente três fatores importantes para sua evolução; ferrovia, colonização e criação de suínos.

A formação social de Concórdia tal qual nos é possível observar hoje surge somente no século XX. Isso se considerarmos que no início daquele século houve uma verdadeira “substituição” da população até então existente na região. Essa “substituição” da população não se deu sem que houvesse um enorme derramamento de sangue caboclo, da população que ali habitava e que habitava todo o planalto e oeste do que hoje é território do Estado de Santa Catarina.

Entender esse processo seria buscar as questões centrais do conflito conhecido como Guerra do Contestado. Mesmo que superficialmente podemos enumerar algumas dessas questões que tratam-se não das mudanças econômico-político-sociais sofridas pela população. Dentre alguns destaques o abalo da superestrutura de poder que representava o coronelismo; o messianismo — como um elemento cultural/religioso importante para armar ideologicamente os caboclos contra a expropriação e crescente exclusão social sofrida e uma evidência do rompimento do sistema de relações de compadrio —; o processo de colonização (que promoveu efetivamente a substituição da população); e as produções econômicas em jogo (pela questão dos grupos econômicos e pelo acirramento da disputa por fontes de receita tributária entre os estados Santa Catarina e Paraná), especialmente as ligadas à ferrovia. Estes dois últimos pontos nos interessam neste trabalho. Ainda cabe ressaltar que apesar de a questão de disputa territorial entre Santa Catarina e Paraná dar nome ao conflito, que se arrastaria até o acordo de 1916, a questão territorial¹ mesmo (entre os estados) é secundária, já que pouco fizeram esses governos além de retórica política. (AURAS, 1984)

Ferrovia

¹ Antes ainda da contestação de terras naquela região pelos paranaenses, os governos da Argentina e Brasil disputaram as mesmas terras, durante a segunda metade do século XIX, sendo que o Brasil teve a causa ganha em 1895, por interferência do presidente norte-americano, Cleveland (AURAS, 1984). A mesma região foi disputada também ainda entre as coroas portuguesa e espanhola, havendo no passado vários tratados sobre tal.

Elemento que particularmente interessa ao entendimento da formação social de toda a região do meio oeste catarinense é a ferrovia, a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.² Esta se constitui no objeto técnico que no início do século XX, materializou a expansão capitalista na região, a integração ao mercado nacional (como região supridora de produtos agropecuários destinados ao sudeste e de produtos primários de exportação) e a penetração das relações de produção estritamente capitalistas — a dissociação entre produtores e meios de produção. Decorrente de modificações ocorridas no país a partir de 1850, com a privatização das terras (pela lei de terras) e a intensificação da colonização com estrangeiros e, depois, com seus descendentes — fruto de uma reconfiguração das forças produtivas e também superestruturais que constituiriam a segunda dualidade brasileira (RANGEL, 1981) — a integração dos mercados sulinos representaria a passagem de economia natural a economia mercantil. E foi a ferrovia, a colonização e a extração da madeira, atividades que aqui estiveram em ligação umbilical³, além da extração do mate, que promoveram essas modificações. Em suma, a ferrovia viria para substituir os antigos caminhos de tropas e promover um salto na modernização de transportes, interligando de forma mais eficiente o mercado sulino a economia cafeeira em expansão e firmando a fronteira sul do país. (AURAS, 1984)

Também é importante lembrar que os 8000 trabalhadores que vieram principalmente do rio de janeiro para construção da ferrovia engrossaram a população catarinense, já que ao término das obras não foram levados ao seu lugar de origem e se estabeleceram espalhados pelo planalto de Santa Catarina. (AURAS, 1984)

Colonização

Antes de colonizada, a região era habitada por uma população bastante rarefeita, sendo principalmente constituída por brasileiros mestiços, os caboclos. Esses homens e mulheres viviam em uma situação de indigência, sendo a posse a forma dominante de acesso a terra (NODARI, 2009). Essas terras normalmente não pertenciam ou interessavam aos latifundiários criadores de gado. Viviam de uma agricultura de subsistência com forte teor de coletivismo, extraindo erva-mate, cultivando alguns produtos na roça e utilizando de

² O trecho catarinense (Porto União – Rio Uruguai) foi entregue para o tráfego em outubro de 1910 (GOULARTI FILHO, 2009).

³ Essas atividades eram exploradas por empresas de um mesmo grupo econômico internacional, com origem nos Estados Unidos, o grupo Farquhar.

alimentos encontrados na fauna e flora da região, caçando e coletando mel, pinhão, palmito, etc. À medida que as terras iam se valorizando e que os capitalistas e fazendeiros expulsavam⁴ os antigos moradores, essa população deslocava-se para oeste, em busca de terras desocupadas. (AURAS, 1984)

A colonização que da origem a atual formação social da região do meio oeste e oeste catarinense ocorre na primeira metade do século XX. Os migrantes, brasileiros descendentes de alemães e de italianos em sua maioria, vieram do Rio Grande do Sul em busca de melhores condições para constituir sua vida. De fato, o processo de migração começa dentro ainda do estado do Rio Grande do Sul, das “colônias velhas” (no centro-nordeste) para as “colônias novas”, mais ao norte e oeste do estado. Posteriormente, o movimento continua em direção a parte oeste do território catarinense. O crescimento demográfico acelerado e o, conseqüente, fracionamento das propriedades pela distribuição de heranças, tendo em vista a deterioração das terras pelo uso da “rotação de terras”⁵ como técnica predominante constituem conjuntamente o motivo principal para a migração⁶. (MARCHESAN, 2003)

O processo de ocupação das terras da “ultima fronteira”, a partir da década de 1920, foi conduzido por empresas capitalistas (algumas ligadas ao grupo que construiu a ferrovia) que faziam da colonização seu negócio, comprando ou recebendo em troca de obras as terras pertencentes ao Estado e vendendo-as aos colonos (NODARI, 2009).

O predomínio de pequenas propriedades condicionou todo o desenvolvimento econômico posterior. Os pequenos produtores lançavam no mercado local e em mercados próximos (Laguna, Florianópolis, Blumenau, Joinville e São Francisco do Sul) seus excedentes de arroz, feijão, trigo, mandioca e milho, além do fumo. Era comum entre os agricultores colonos (que já tinham essa tradição no Rio Grande do Sul) a criação de porcos para consumo da própria família e para comercialização. Desde cedo havia comerciantes que conectavam essa região produtora de produtos agropecuários, sobretudo suínos, aos mercados do sudeste, trazendo de lá produtos manufaturados (GOULARTI FILHO, 2002).

⁴ O uso da força era recorrente. No caso da Brazil Railway, que construiu a ferrovia do contestado, havia um grupo paramilitar pago pela empresa para reprimir com uso da violência as manifestações de descontentamento dos trabalhadores e para expulsão dos caboclos. (AURAS, 1984)

⁵ O sistema de “rotação de terras”, também conhecido por “roça”, foi descrito por Waibel (1979), como método mais primitivo, herdado de indígenas, que não se adequava as propriedades cada vez menores, dado o fracionamento, e que seria responsável pela degradação do solo, prejudicando a sua produtividade.

⁶ Os motivos que levaram cada um dos indivíduos são os mais diversos, já que as fontes da informação sobre as novas terras e sobre a experiência da mudança de vida também eram variadas: “(...) agentes das companhias colonizadoras, de cartas de familiares e de amigos que já haviam migrado, de notícias e propagandas publicadas nos jornais, de anúncios nos rádios, livros, manuais, panfletos, almanaques, e de pregações de padres e pastores” (NODARI, 2009)

Produção de suínos

À medida que os meios de transporte melhorados (e como já afirmada a importância da ferrovia) intensificavam o fluxo de pessoas e mercadorias entre o litoral e o planalto, crescia e destacava-se localmente a produção suína, que se deslocava do vale do Itajaí no sentido do oeste (COMASSETO, 2009). Na década de 1920, parte dos produtos exportados pelo município de Cruzeiro, o que corresponde à região do meio oeste e oeste catarinense, incluindo a área do município de Concórdia, era de suínos, banha e salame (ALMANAK LAEMMERT, 1927. pg. 1070). Ainda na mesma década, entre 1923 e 1924 as exportações de banha ultrapassaram em valor as exportações de mate, sendo essas as duas principais produções locais (ALMANAK LAEMMERT, 1926. Pg. 1093).

Concórdia torna-se um distrito de Cruzeiro (hoje Joaçaba) em 1927. Dali a sete anos ocorreu oficialmente a instalação do município de Concórdia, com um coronel, José Luis de Castro, como primeiro prefeito (MARCHESAN, 2003). A essa altura, mesmo com o forte poder das oligarquias regionais (principalmente bovinocultores em lenta decadência), a pequena produção mercantil dava sustentação econômica para a emancipação.

A Sadia e o Estado

De acordo com Carlos José Espíndola (1999), a literatura empírica sobre empresariado e Estado no Brasil privilegiou duas linhas investigativas. A primeira concentrada no papel do empresariado nacional na estruturação do Estado pós 1930. A segunda voltada a detectar as estruturas e formas variadas de organização e representação dos interesses dos grupos empresariais junto ao aparelho estatal.

O Oeste catarinense passou a ter um destaque maior na estrutura política do Estado de Santa Catarina somente a partir de 1930. Entre os fatores que contribuíram para isso, estão: aumento considerável da população, acréscimo da pequena produção mercantil na oferta local/nacional de gêneros alimentícios, aceleração do processo de desmembramento/formação de vários municípios e novo pacto de poder esboçado em 1930 em nível nacional (ESPÍNDOLA, 1999).

Em sua autobiografia, Attilio Fontana (fundador da Sadia) conta que nas eleições de 1930 votou em Júlio Prestes (PRP) para presidente da República e Fúlvio Adduci para

governador de Santa Catarina, em concordância com o líder local prefeito Passos Maia (apud ESPÍNDOLA, 1999).

No entanto, com a Revolução de 1930 alterando o edifício político nacional e também o estadual, surgindo o que Ignácio Rangel denominou de “terceira dualidade brasileira” (RANGEL, 1981; ESPÍNDOLA, 1999), o governador eleito Fúlvio Adduci foi deposto pela Revolução de 1930 e Getúlio Vargas assumiu a presidência da República.

Os latifundiários de Lages representados pela família Ramos articulavam oposições políticas no estado catarinense desde 1910, sendo que Vidal Ramos e seu filho Nereu Ramos fundaram e comandaram a Aliança Liberal (coligação adversária de Júlio Prestes em 1930) em Santa Catarina. Com a Revolução de 1930, a família Ramos ascende ao poder no Estado e alguns comerciantes do Oeste catarinense aproximam-se de cargos políticos (ESPÍNDOLA, 1999).

Alguns relatos da história de Attilio Fontana demonstram que desde o início de sua juventude ele esteve ligado a algum tipo de comércio (pequena escala), o que pode ter facilitado suas relações pessoais (MEMORIAL ATTILIO FONTANA, 2010). No início dos anos 1930 Attilio Fontana assumiu o cargo de consultor do município de Cruzeiro (atual Joaçaba).

Como consultor municipal passou a analisar o orçamento da prefeitura, privilegiando o direcionamento de recursos para construções de estradas (rodovias). Melhorando assim, as ligações entre suas casas comerciais e as localidades dos pequenos produtores rurais, acoplando produção e escoamento. Attilio Fontana transformou-se em um líder, o que garantia um bom relacionamento com a pequena produção mercantil e a comunidade local. Economicamente essa sua posição possibilitava acordos com os administradores da estrada de ferro, facilidade nas negociações com os pequenos produtores mercantis e reforço das relações de dominação sobre os mesmos (ESPÍNDOLA, 1999).

No ano de 1945, com o final do Estado Novo, começa a surgir movimentação entre a oposição a Getúlio Vargas, sobretudo da União Democrática Nacional (UDN) e os pró-getulistas do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nessa conjuntura, Nereu Ramos indica Attilio Fontana para organizar o diretório do PSD de Joaçaba e Concórdia. Em 1946 concorre a vereador por Concórdia, sendo eleito. Como nos anos 30, é novamente conselheiro em Cruzeiro, dedicando-se a melhoria e construção de estradas (rodovias), rede de esgoto e de fornecimento de energia elétrica (ESPÍNDOLA, 1999; MEMORIAL ATTILIO FONTANA, 2010).

Nas eleições de 1950 Attilio Fontana é eleito prefeito de Concórdia, destinando a maior parte dos recursos públicos à implantação de escolas, postos de saúde e outras obras. De acordo com Espíndola (1999), verificou-se o uso da máquina administrativa na melhoria das condições de vida local e na qualificação da mão-de-obra necessária ao fluxo produtivo. O Estado de Santa Catarina estava fomentando a modernização econômica.

Para Espíndola (1999. p.55), nota-se a transformação de um bem público em bem privado. Esse trajeto ocorria como algo natural, pois o mais importante era o “bem geral da comunidade” de Concórdia. Esse caminho, conduzido pelo líder local, induzia essa “comunidade” à ideologia dos interesses conjugados entre Estado, iniciativa privada e sociedade, com base na idéia de harmonia social. Observem-se, igualmente, as formas paternalistas e assistencialistas desenvolvidas pelo empresário em relação aos seus “colaboradores”.

Após ser prefeito de Concórdia, Attilio Fontana foi deputado federal de 1955 a 1962, senador de 1963 a 1971, e indicado por Médici, vice-governador de Santa Catarina de 1970 a 1974, na administração de Colombo Machado Salles. Entre 1961 e 1962 foi Secretario Estadual de Agricultura, procurando efetuar a modernização da agricultura catarinense com base no sistema de integração, que nasceu na década de 50 com a fundação da Fazenda Santa Luzia pelo Grupo Sadia (ESPÍNDOLA, 1999; MEMORIAL ATTILIO FONTANA, 2010).

Os demais grandes grupos agroindustriais do Oeste catarinense também usufruíram dessa forma de ocupação direta de cargos públicos. Essas representações em diferentes instâncias públicas possibilitou aos empresários um espaço de discussão, participando e influenciando decisões econômicas e políticas. Segundo Espíndola (1999), “talvez não fosse apropriado afirmar que esse processo desembocou na criação de um Estado privado, como sugerem Giese (1991) e Cário (1991), muito menos se poderia dizer que o Estado pertencia a Sadia como quer Silva (1991). Na verdade, os líderes da região procuraram utilizar o Estado como instrumento de alavancagem industrial e disputa do mercado mundial. Assim concebe-se aqui o Estado como ‘capitalista coletivo ideal’ (ENGELS, 1984). Portanto, sua intervenção se inscreve em relação ao capital em geral, que não poderia sobreviver sem a presença do Estado.”

A partir de meados da década de 1980 essas estratégias de planejamento a curto e longo prazos nas instâncias públicas, passaram a ser substituídas quando os membros das agroindústrias procuraram fazer-se representar em entidades classistas dos vários segmentos que atuavam, como: Associação Nacional dos Fabricantes de Rações (ANFAR), Associação

Brasileira dos Exportadores de Frango (ABEF), União Brasileira de Avicultura (UBA), Associação Brasileira de Pintos de Corte (ABIPICO) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (ESPÍNDOLA, 1999).

Mais recentemente, um dos netos de Attilio Fontana, Luiz Fernando Furlan, que atuava na Sadia desde os fins da década de 1970, sendo entre 1993 e 2002 e novamente a partir de 2008 presidente do Conselho de Administração da empresa, assumiu uma das direções da FIESP em 1995 aonde chegou à vice-presidente e entre 2003 e 2007 foi Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (AVESUI, 2010; EXAME 2010).

Sobre a relação da agricultura familiar e o agronegócio

De acordo com os apontamentos de Lenin, o conceito de agricultura baseada no trabalho familiar não é cabível, já que o trabalho realizado pela família pode se apresentar em diferentes sistemas sociais: camponês/feudal ou em uma produção capitalista, com alto grau de composição orgânica de capital (BROIETTI, M. H.; MEDEIROS, M. C. e SAMPAIO, F. S., 2005). Do contrário, aceitando-se o conceito de agricultura familiar como uma categoria analítica, cometeríamos o equívoco de por o trabalhador familiar nordestino ou amazônico – que cultivava apenas mandioca e feijão – lado a lado com o produtor familiar integrado as agroindústrias modernas do sul brasileiro. Alias, seria insustentável situar os dois tipos de agricultores como em um mesmo ambiente em que o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção são totalmente subordinadas a lógica de mercado, sem que aparecessem exorbitantes diferenças regionais. Portanto, o termo agricultura familiar é a - histórico e a - espacial. (BROIETTI, M. H.; MEDEIROS, M. C. e SAMPAIO, F. S., 2005).

Partindo das teses que superam o equívoco da afirmação de que a agricultura familiar camponesa — com características não-capitalistas evidenciadas pelo tamanho de propriedade e pelo não emprego de mão-de-obra assalariada — seria o principal propulsor do abastecimento do mercado interno brasileiro, BROIETTI, MEDEIROS e SAMPAIO (2005) sustentam que o tipo de agricultura que de fato é responsável por este abastecimento tem caráter capitalista. Aquela primeira tese se demonstra equivocada por não levar em conta a composição orgânica do capital dessa produção agrícola, portanto, o nível de capitalização dos estabelecimentos, o percentual de trabalho mecanizado nas pequenas propriedades, o grau em que os produtores familiares dependem da indústria de insumos e de equipamentos e

da própria agroindústria para poderem produzir, e a presença do capital financeiro nos estabelecimentos (BROIETTI, M. H.; MEDEIROS, M. C. e SAMPAIO, F. S., 2005).

Com dados dos Censos Agropecuários – IBGE, foi demonstrado que a maior parte da produção agrícola brasileira ocorre nas pequenas e médias propriedades e é voltada para o abastecimento do mercado nacional. Nessa perspectiva os mesmos autores afirmam que a produção do agronegócio voltado ao mercado externo foi superada pela produção de determinados gêneros produzidos em pequenas e médias propriedades — como o milho, feijão, arroz —, ligadas fortemente ao setor agroindustrial e como um forte laço à indústria de equipamentos agrícolas (BROIETTI, M. H.; MEDEIROS, M. C. e SAMPAIO, F. S., 2005).

SADIA e os produtores integrados

A consolidação de um forte setor agroindustrial catarinense, acompanhando o macro fenômeno ocorrido no meio rural brasileiro da modernização acelerada do campo, nas décadas de industrialização acelerada (o setor primário da economia cada vez mais se caracterizou como um braço do setor industrial), conseguiu garantir o abastecimento de boa parte do mercado nacional. Na área de aves e suínos o meio-oeste catarinense se mostrou pioneiro na produção de alimentos com o destaque para as empresas SADIA e PERDIGÃO.

Deste então, essas empresas passaram a adotar o sistema de produção integrada, uma forma de parceria contratual, que favorece as agroindústrias pela não responsabilidade sobre passivos ambientais ou por questões trabalhistas, evitando riscos de rentabilidade das empresas. O sistema se espalhou pelo meio oeste e oeste catarinense de forma abrangente, integrando uma série de propriedades e mudando o aspecto da paisagem.

Porém, com as novas medidas realizadas na estrutura político-administrativa da SADIA, num movimento recente, os produtores de menor potencial não alcançaram os níveis de produção que mantivessem elevada a taxa de lucro da empresa. Esses produtores, por vezes, se integram a outras agroindústrias de menor vulto, e que operam uma taxa de lucro mais baixa. Outros se adaptam a alguma produção local. Agora não só a própria agroindústria (que se dedica ao processamento) é cristalização da concentração de capital, a criação de animais torna-se mais e mais concentrada. Do ponto de vista da iniciativa empresarial alguns fatores contribuem para o quadro, como: o baixo volume de capital para investimentos, aversão ao risco por parte de alguns produtores, além das incertezas, muitas das quais derivam pela falta de informação (PENSA, 2008).

A relação da SADIA com seus integrados é estreita a medida que se cria uma interdependência clara entre eles. Em 2005, a agroindústria desenvolveu um programa pioneiro de manejo dos dejetos de suínos, intitulado programa 3S (Suinocultura, Sustentável, Sadia). O programa também tinha como objetivo permitir que os produtores tivessem algum acréscimo na renda (PENSA, 2008). O filão do programa era inserir aproximadamente 3,4 mil produtores ligados a empresa, promovendo a instalação de biodigestores em cada propriedade. As potencialidades do programa seriam a geração de crédito de carbono por meio de “desenvolvimento limpo”, utilização de biogás para a geração de energia e utilização dos dejetos tratados como fertilizantes (PENSA, 2008).

De fato, como fica evidente no dispêndio da agroindústria pela questão ecológica do estabelecimento integrado (mesmo sem que haja responsabilidade legal da empresa para com tal), esse é um problema crescente, não só com suínos, mas também com a criação de aves — que demanda grande quantidade de energia, térmica e elétrica, e utiliza inclusive madeira para gerar essa energia. Dialeticamente a Sadia é a principal promotora do desenvolvimento econômico e a geração de renda em concórdia e é também causadora de exclusão social, seja pela degradação ambiental ligada a sua atividade, seja pela exclusão provocada pelo processo de concentração de capitais.

Considerações Finais

Conforme já tratamos anteriormente, as mudanças ocorridas no edifício político nacional e estadual em 1930, com a ascensão da “Família Ramos” ao poder em Santa Catarina e de Getúlio Vargas na Presidência da República, contribuíram significativamente para a ascensão política e econômica do comerciante Attilio Fontana.

Com a atuação de Fontana na política (consultor municipal, vereador, prefeito) e levando em consideração seus laços sociais já estabelecidos como comerciante, em conjunto com as políticas locais/regionais rodoviárias, fomentadas inclusive pelo mesmo, somando-se as políticas nacionais que também estimularam avanços aos meios de transporte no país, Attilio Fontana foi construindo seu poder territorial no espaço que hoje compreenderia principalmente o município de Concórdia.

Cabe ressaltar que quanto mais amplo se tornava o poder do Grupo Sadia (Attilio Fontana), mais condições opressoras de trabalho podiam surgir e mais direcionadas ao

aparato agroindustrial (que no referido espaço era principalmente atrelado a Sadia) eram as verbas públicas.

Attilio Fontana e o Grupo Sadia conquistaram poder (político), transformando então o espaço de Concórdia em seu território. Mostrando claramente aquilo que geógrafos como Friedrich Ratzel, Claude Raffestin, Berta Becker e Manuel Correia de Andrade, demonstraram de uma forma ou de outra em sua essência, que o poder em determinado espaço se configura em território.

Referências Bibliográficas

ALMANAK LAEMMERT. Rio de Janeiro: Oficinas Typographicas do Almanak Laemmert, 1926/1927.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla**. Florianópolis: UFSC, Assembléia Legislativa; São Paulo: Cortez Editora e Livraria, 1984.

AVESUI. Disponível em: <<http://www.avesui.com/personalidades/>>. Acesso em: 20 novembro 2010.

BROIETTI, M. H.; MEDEIROS, M. C. e SAMPAIO, F. S. Dinâmica Capitalista na Agricultura Brasileira: acumulação e relações de trabalho. **Cadernos Geográficos**. n. 11. UFSC: Florianópolis, 2005.

CÁRIO, Sílvio A. F. **Conglomeração de Capitais e Empresariado: dinâmica capitalista, valores e posições de classe**. 1991. Dissertação (Mestrado), UFSC, Florianópolis, 1991.

COMASSETO, Leandro Ramires. **Associação Catarinense de Criadores de Suíno – 50 anos de história**. Chapecó: Arcus, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. 4. ed. São Paulo: Global, 1984.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As Agroindústrias no Brasil: O Caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

EXAME. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/m0168759>>. Acesso em: 20 novembro 2010.

GIESE, Barbara. **A situação política do empresariado catarinense dos ramos têxtil e agroindustrial: demandas e canais de influência (1970-1985)**. 1991. Dissertação (Mestrado), UFSC, Florianópolis, 1991.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

_____. A Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande na formação econômica regional em Santa Catarina. **Geosul**. Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 103-128, jul./dez. 2009.

MARCHESAN, Jairo. **A questão ambiental na produção agrícola: um estudo do sócio-histórico-cultural no município de Concórdia (SC)**. Ijuí: Editora Ijuí, 2003.

MEMORIAL ATTILIO FONTANA. Disponível em: <http://www.memorialattiliofontana.com.br/historia_attilio.php>. Acesso em: 16 novembro 2010.

NODARI, Eunice Sueli. **Etnicidades Renegociadas: práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

PENSA. Disponível em: <http://www.ipasbrasil.com.br/upload/tiny_mce/Sadia_Final.pdf> Acesso em: 23 novembro de 2010.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**. v. 1, n. 4, out./dez. 1981.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SILVA, Harrysson Luiz da. **A gestão do território pelo Grupo Sadia no município de Concórdia Santa Catarina**. 1991. Dissertação (Mestrado), UFSC, Florianópolis, 1991.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical do Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente, 1979.